



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**  
**DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**  
**GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS E IMUNIZAÇÃO**

Parecer nº 51/2020

Florianópolis, 22 de dezembro de 2020.

Referência: Parecer relacionado ao Ofício nº 11/2020 PSES 158835/2020.

Em atenção a solicitação de inclusão das pessoas com Síndrome de Down no Plano Nacional de Imunização incluídas no Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19, temos a informar:

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) tem como objetivo contribuir na prevenção e no controle de doenças imunopreveníveis de relevância epidemiológica no País. Programa, por meio de ações planejadas e sistematizadas, é responsável por definir toda política de vacinação do País, desde a aquisição dos imunobiológicos até a sua disponibilização nas salas de vacinação do Brasil, passando pelo estabelecimento de normas e diretrizes sobre as indicações e recomendações para utilização das vacinas, firmadas nos calendários de vacinação, assim como os grupos prioritários e as estratégias a serem adotadas para a operacionalização das ações de vacinação, conforme Lei 6.259/1975.

Cabe ao estado e municípios a operacionalização da vacinação de acordo com os grupos prioritários e quantitativo de doses de vacinas recebidos pelo Ministério da Saúde.

Recentemente o Ministério da Saúde apresentou o Plano Nacional de Vacinação, tendo neste momento grupos prioritários para vacinação:

- ✓ trabalhadores da área da saúde (incluindo profissionais da saúde, profissionais de apoio, cuidadores de idosos, entre outros);
- ✓ pessoas de 60 anos ou mais institucionalizadas;
- ✓ população idosa (60 anos ou mais),
- ✓ indígena aldeado em terras demarcadas aldeados;
- ✓ comunidades tradicionais ribeirinhas e comunidade quilombolas;
- ✓ população em situação de rua;
- ✓ portadores de morbidades;
- ✓ trabalhadores da educação;
- ✓ pessoas com deficiência permanente severa;
- ✓ membros das forças de segurança e salvamento;
- ✓ funcionários do sistema de privação de liberdade;
- ✓ população privada de liberdade;
- ✓ trabalhadores do transporte coletivo, transportadores rodoviários de carga,

O planejamento da vacinação nacional é orientado em conformidade com o registro e licenciamento de vacinas, que no Brasil é de atribuição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), conforme Lei nº 6.360/1976 e regulamentos técnicos como RDC nº 55/2010, RDC 348/2020 e RDC nº 415/2020.

Portanto, em um momento inicial, onde não existe ampla disponibilidade da vacina no mercado mundial, o objetivo principal da vacinação passa a ser focado na redução da morbidade e mortalidade pela covid-19, de forma que existe a necessidade de se estabelecer grupos prioritários para a vacinação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**  
**DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**  
**GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS E IMUNIZAÇÃO**

A ampliação da vacinação para outros grupos poderá ser considerada a partir da finalização dos estudos das vacinas e a disponibilidade do produtor para distribuição.

Sendo assim, o plano nacional de vacinação que será operacionalizado no estado, atende à solicitação da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

Lia Quaresma Coimbra  
Gerente/GEVIM/DIVE/SUV/SES

Maria da Graça C. dos Anjos  
Diretora/DIVE/SUV/SES